



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SPS  
70000165043  
1999/CÍVEL

Ad. 28 § 3º - 2º

Ad. 54 § 3º

**ADIN. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.  
VINCULAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO  
PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS  
VEREADORES A VALORES MÍNIMO E  
MÁXIMO DOS VENCIMENTOS DOS  
SERVIDORES MUNICIPAIS.**

Malferimento das disposições contidas nos artigos 8º, 10, 11 e 53 da Constituição Estadual, pois submete o Legislativo a parâmetro remuneratório cuja manutenção ou alteração pertence à iniciativa privativa do Executivo.

Regra da anterioridade, a despeito da ampliação do seu prazo, que não colide com a norma constitucional estadual sobre a época da fixação, por lei, da remuneração dos agentes políticos para a legislatura seguinte.

Procedência parcial da ação.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**

**TRIBUNAL PLENO**

**Nº 70000165043**

**PORTO ALEGRE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

**PROPONENTE;**

**MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO,**

**REQUERIDO;**

**EXMO. SR. DR. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**

**E PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA,**

**INTERESSADOS.**

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos os autos.



Acordam, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade julgar procedente em parte a ação e declarar a inconstitucionalidade dos §§1º e 2º do art. 28 e do § 1º do art. 54 da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo, de conformidade com os fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas, que integram o presente acórdão.

Custas, na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Tael João Selistre - Presidente, Clarindo Favretto, Nilo Wolff, Antônio Carlos N. de Mangabeira, Antonio Carlos Stangler Pereira, Aristides P. de Albuquerque Neto, Ranolfo Vieira, Vladimir Giacomuzzi, Délio Spalding de A. Wedy, Paulo Moacir Aguiar Vieira, Vasco Della Giustina, Maria Berenice Dias e Luiz Ari Azambuja Ramos, João Carlos Branco Cardoso, Roque Miguel Fank, Leo Lima, Marcelo Bandeira Pereira, Maria Isabel Brogгинi, Marco Aurélio dos Santos Caminha, Gaspar Marques Batista, Arno Werlang, Wellington Pacheco Barros e Alfredo Foerster.

Porto Alegre, 03 de abril de 2000.

Des. SERGIO PILLA DA SILVA,

Relator.

## RELATÓRIO

DES. SERGIO PILLA DA SILVA (RELATOR) – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO propõe Ação Direta de Inconstitucionalidade, buscando a declaração de inconstitucionalidade da parte final dos



arts. 28 e 54 (...até 120 (cento e vinte) dias antes das eleições), bem como da integralidade de seus parágrafos 1º e 2º e 1º, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, que tratam da fixação da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, impondo critérios de limitação e prazo, ferindo, assim, os arts. 8º, 11 e 53, XXXI da Constituição Estadual.

Postula a procedência da ação.

O Prefeito Municipal de Novo Hamburgo apresenta informações, requerendo a improcedência do presente feito.

A Procuradoria-Geral do Estado, juntamente com a douta Procuradora do Estado pugnam pela manutenção dos artigos e parágrafos atacados.

O MINISTÉRIO PÚBLICO apresenta parecer às fls 43/57, manifestando-se pela procedência parcial da ação, para declarar somente a inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 28 e do § 1º do art. 54, todos da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo.

É o relatório

## VOTO

DES. SERGIO PILLA DA SILVA (RELATOR) – Duas são as questões propostas na presente ação direta de inconstitucionalidade, requerida pela Mesa da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, relativamente a dispositivos contidos na Lei Orgânica Municipal: a primeira delas respeita ao prazo de 120 dias, antes das eleições, para a fixação, pelo Legislativo, da remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, a vigorar na legislatura seguinte; a segunda se relaciona com a vinculação da remuneração dos agentes políticos aos vencimentos dos servidores muni-



cipais, mediante multiplicadores do valor do menor padrão básico, além da ressalva de que, na ausência de fixação da referida remuneração no prazo mencionado, a mesma corresponderá a valores diferenciados para os cargos em pauta.

Sobre a primeira questão, embora invocada a inconstitucionalidade da expressão “até 120 (cento e vinte) dias antes das eleições”, nenhum argumento é articulado pela inicial. De qualquer modo, desmerece acolhida a pretensão no ponto, pois incompatibilidade inexistente com o texto da Lei Maior Estadual, que ainda preserva o instituto da anterioridade, consoante deflui do seu artigo 11, em pleno vigor como reiteradamente tem proclamado esta Corte. Assim, desde que atendida a regra de serem fixadas as remunerações dos agentes políticos ainda antes das eleições, para vigência na legislatura seguinte, desimportante é o estabelecimento de prazo maior para tanto. Daí que não se flagra inconstitucionalidade nas disposições dos “caput” dos artigos 28 e 54 da LOM de Novo Hamburgo, quanto à expressão impugnada.

O mesmo já não se pode dizer dos §§ 1º e 2º do artigo 28 e do § 1º do artigo 54 da lei fundamental municipal em causa, pois suas disposições conflitam com os artigos 8º, 10, 11 e 53, XXXI da Constituição Estadual.

Os textos agora alvejados estão assim redigidos, segundo a ordem enunciada: “§ 1º A remuneração a ser fixada deverá obedecer aos limites de 10 a 20 vezes o valor do menor padrão básico do vencimento do servidor municipal.” “§ 2º Se a remuneração não for fixada no prazo do caput, o valor da mesma corresponderá à media do valor mínimo e máximo estabelecido no § 1º deste artigo.” (isso quanto aos Vereadores). Referentemente ao Prefeito e Vice, o dispositivo inquinado é do seguinte teor: “§ 1º A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal deverá obedecer, respectivamente, os limites de 30 (trinta) a 70 (setenta) vezes e de 10 (dez) a 20 (vinte) vezes o valor do menor padrão básico do vencimento do servidor municipal, sendo que, se as remunerações não forem fixadas no

XJ



prazo do caput, o valor das mesmas corresponderá ao valor mínimo previsto.”

Percebe-se, da simples leitura dos textos, que os mesmos colidem com as normas da Constituição Estadual supra transcritas, as quais remetem à observância obrigatória das disposições pertinentes da Carta Federal, máxime no que concerne à independência dos Poderes Municipais, à proibição de vinculação a padrões remuneratórios de servidores (lato sensu) de um Poder a outro e à obrigatoriedade, como no caso, da fixação de remuneração dos agentes políticos de uma legislatura para a seguinte.

Começa que o estabelecimento de multiplicadores do valor do menor padrão básico do vencimento do servidor municipal, para remunerar os citados agentes políticos, já atenta contra a independência e harmonia dos Poderes, pois o Legislativo estará jungido ao alvedrio do Executivo, pois deste é a iniciativa privativa para alterar o padrão salarial dos funcionários e empregados municipais. Por outro lado, modo oblíquo, Prefeito e Vice poderão preestabelecer suas remunerações na mesma medida em que do Executivo a iniciativa para a fixação do valor do menor padrão básico dos servidores. Já aí se adentra no terreno da moralidade. Em derradeiro, investem os dispositivos em comento contra a cogência da fixação, pois admitem a sua omissão, caso em que são tratadas diferentemente as situações dos Vereadores e as do Prefeito e Vice. Para os primeiros, ausente a fixação, a remuneração será igual à média do valor mínimo e máximo estabelecido no § 1º do artigo 28, enquanto para os últimos corresponderá ao valor mínimo. A só omissão do Legislativo na prática de atribuição que é sua, exclusivamente, pode conduzir à redução da remuneração dos cargos eletivos do Executivo ou, contrariamente, ao aumento para os Vereadores.

Com estas observações, que mais penso desnecessárias, e reportando-me ao duto parecer do Ministério Público, cujos fundamentos endosso, proponho que se dê parcial procedência a esta ação, declarando-se a inconstituição



nalidade dos §§ 1º e 2º do artigo 28 e do § 1º do artigo 54, todos da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo.

DES. CLARINDO FAVRETTO – Nos termos do voto do eminente Relator, dou provimento em parte à ação.

(TODOS OS DEMAIS DESEMBARGADORES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.)

SR. PRESIDENTE ( DES. TAEI JOÃO SELISTRE) – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70000165043, de Porto Alegre - “Julgaram procedente em parte a ação, declarando a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do art. 28 e do parágrafo 1º do art. 54 da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo. Unânime.”